



Cultura

“Património” versus património insular

Atualmente a descoberta das questões sobre o “património” tem alimentado muitas discussões nas mais diferentes áreas económicas e de gestão, até à sensibilização pública e social para a importância do entendimento do mesmo.

Este artigo pretende dar um contributo para um melhor entendimento do que é o “património insular”, e eventualmente alimentar a discussão para reconsideração da orientação dada ao respectivo processo que lhe é inerente.

Ao longo do séc. XX, pós revolução industrial, e de forma agravada com o avançar dos anos 70, vimos o nosso país sofrer de forma generalizada com o fluxo crescente de população que se transferiu gradualmente do campo para a cidade, substituindo a sua cultura ancestral pela cultura de massas.

Enquanto este movimento se deu de forma galopante em Portugal continental, nos Açores, devido à sua insularidade e restrita área geográfica, este processo toma outros contornos. A cidade torna-se também o local impulsionador da economia, mas o campo mantém-se como espaço de residência, não sofrendo do ponto de vista social a desertificação que se constata no Continente.

Apesar da dificuldade da manutenção das técnicas de produção agrícolas tradicionais e da pressão de uma economia global, os açorianos sentem-se ligados à terra, ao seu cultivo, assim como aos seus costumes religiosos e sociais.

Esta forma de estar e de viver nas ilhas está intimamente ligada ao reconhecimento subconsciente da terra como plataforma de enraizamento para sustentação da respectiva comunidade circunscrita ao espaço de ilha.

A partir da faixa etária dos 50 anos, com facilidade se confirma o pesar da população na quebra dos laços afectivos que mantinham, num passado recente, com o cultivo da terra que, sendo um projecto geracional, era um património adquirido.

Com a acção exacerbada de um modo de vida cada vez mais urbano, alimentada pelos media, a versão de “rural” tende a tipificar-se segundo uma leitura do que se pretende seja “património”, em oposição ao que se entende por “urbano”. Quando a linha que separa um do outro, como nas ilhas, é praticamente inexistente, caímos no paradoxo de individualizar sistemas que só funcionam quando interligados e em sintonia.

Em traços gerais, a patrimonialização não é mais do que o entendimento e fixação dos vários elementos que se creem constituir um bem de uma determinada comunidade, entre um grupo a que podemos chamar de “solene” – mais elitista, e o “popular”.

A selecção passa pelo apuramento das construções monumentalizadas, pelos testemunhos da actividade social, pela identificação dos seus elementos simbólicos que nomeadamente caracterizam e definem um *modus operandi*.

Nas ilhas em particular, a patrimonialização tem de passar inevitavelmente por uma estratégia de manutenção e entendimento dos laços entre o espaço construído e o espaço natural, que ultrapassa as questões de origem emocional. Essa relação exprime-se repetidamente no sistema de distribuição e implantação do espaço urbano.

No entanto, para que haja a transferência de um bem comum para um bem patrimonial, é necessário um afastamento temporal relativamente ao seu uso e função que, por enquanto, nos Açores ainda não é fácil encontrar.

Assim sendo, a estratégia de produção de património insular passa pela estetização dos centros urbanos, assim como pela sua animação, enquanto nos lugares ou freguesias se promove a ideia de circuito alternativo natural associada ao turismo.

O rural passa a ter uma centralidade inusitada enquanto o urbano é suportado por uma imagem iconográfica cirúrgica e superficial.

Este paradoxo existe na medida em que a reinterpretação da identidade de um determinado local o reduz a símbolo que, muitas vezes, pela sua individualização e hermetismo, não é identificado como um elemento de um sistema.

Em síntese, o sistema patrimonial passa por duas acções concretas: identificar elementos obsoletos integrando-os com novas funções, e operar sobre a continuidade da singularidade dos lugares.

Para que este processo tenha os resultados pretendidos, é necessário que, de forma séria, se criem e consolidem equipas interdisciplinares de especialistas que sejam sensíveis e entendam a génese insular, que tenham elasticidade relativamente ao significado de património, e que se preocupem e apliquem em obter numa imagem de continuidade.

CELINA VALE

Arquitecta e Professora assistente convidada do Curso de Arquitectura da Universidade dos Açores
Natural de Quinta do Anjo, residente em Ponta Delgada

17-08-2011

Notícia impressa de [Mundo Açoriano](#)